

ESPERANÇAR ATRAVÉS DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS: a Associação Brasileira de Alfabetização – ABAlf como espaço de resistência

Daiane Aparecida Mesquita Marciano¹

Antônio Marcos Murta²

Eixo temático: 1. Alfabetização e políticas públicas

Resumo: O conceito social da Alfabetização está em se pautar como uma condição indispensável dos indivíduos para a transformação do mundo. Assim, pensar a Alfabetização e o Letramento, em paralelo a significação política e social, é extremamente necessária para problematizar a falta de uma educação democrática no Brasil, em detrimento às barreiras enfrentadas, principalmente, pelas camadas populares. Reafirmando os pensamentos pedagógicos e sociais da Alfabetização na perspectiva de Freire e Soares, este artigo tem como objetivo central apresentar a Associação Brasileira de Alfabetização – ABAlf como um espaço de resistência, em razão ao que se tem construído para e sobre a Alfabetização no Brasil. Quanto aos procedimentos, o estudo foi construído a partir das pesquisas bibliográficas e documentais, por meio das quais foram necessárias para debruçar sobre a reflexão da atuação da Associação como um espaço voltado ao debate e diálogo de pensamentos em relação à temática.

Palavras-chaves: Associação Brasileira de Alfabetização; Esperançar; Letramento; Resistência

1 Introdução

¹Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais *campus* Ouro Branco. Contato: mesquitadaiane98@gmail.com

²Mestre em Educação pela UFMG. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Contato: marcos.murta@ifmg.edu.br

Inicialmente, é extremamente contundente trazermos os principais conceitos de Associação, haja vista que o estudo gira em torno desta iniciativa de organização. No Dicionário de Filosofia, Abbagnano (1998, p. 164) afirma que o conceito é “[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis.” Diante disso, torna-se imprescindível explanarmos as conceituações anteriormente a todo o corpo textual deste referencial teórico.

As associações possuem previsão legislativa no Código Civil, sendo assim definidas: “Art. 53. Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.” (BRASIL, 2002).

Para Prates (2013), o associativismo é o princípio para o desenvolvimento da sociedade. É a expressão e exercício de cidadania, de liberdade e de vida democrática. É baseado na igualdade entre seus membros e representa a congregação de esforços dos associados em torno de interesses comuns.

Para Veiga e Rech (2002), associativismo é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns visando a superar dificuldades e gerar benefícios para seus associados.

A Associação Brasileira de Alfabetização – ABAIf, desde a sua fundação em 2012, tem sido uma organização cujos objetivos são voltados às dimensões da Educação e da Alfabetização, buscando articular, acompanhar e fomentar pesquisas e Políticas Públicas no campo da Alfabetização, agregando a participação de sujeitos e instituições envolvidas com essa temática.

Desta maneira, o presente estudo, irá apresentar informações e reflexões a respeito da ABAIf como um espaço de resistência, mediante aos objetivos e ações realizadas pela Associação, as quais buscam reforçar a dimensão política da Alfabetização no Brasil, especialmente em relação às Políticas Públicas e ações voltadas para a superação dos índices, ainda expressivos, de analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional, exercendo posicionamentos críticos e políticos articulados, contundentes e representativos.

Como formas de resistência, podemos citar diversas manifestações assinadas pela ABAIf juntamente com as demais associações e entidades científicas da área da Educação, no qual solicitam publicamente aos órgãos e entidades de controle da Administração Pública Federal brasileira a averiguação das denúncias alarmantes, que configuram em improbidade administrativa do Ministério da Educação. Podemos evidenciar também, o posicionamento da Associação sobre o Programa de Formação Continuada de Alfabetizadores/as baseado na ciência da Secretaria de Alfabetização – SEALF, em que a ABAIf considera inegavelmente equivocadas as ações da gestão atual do MEC, que reduz as evidências científicas a uma

determinada tendência, conforme enunciado nos pressupostos da Política Nacional de Alfabetização – PNA e seus desdobramentos.

Por intermédio das fundamentações teóricas, tratando-se em explicar a vasta dimensão da alfabetização e da educação como forma emancipadora, destacamos o tema nas perspectivas dos autores Paulo Freire e Magda Soares, os quais abordam reflexões imprescindíveis aos processos de Alfabetizar e Letrar, principalmente para a formação dos educandos como sujeitos potentes.

Em suma, pretende-se com este trabalho, compreender a Associação como forma de contribuição para o diálogo com pesquisadores e educadores que compõem e que se debruçam sobre estudos e práticas de alfabetização, o que implica, necessariamente, o cuidado científico, político e ético, com o processo de pensar e fazer a Educação e a Alfabetização como direito de todos os indivíduos, democrática, laica e inclusiva.

2 Metodologia

Para Fonseca (2002), metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica. Portanto, as Técnicas e Métodos a serem empregadas nesta pesquisa, estão selecionados de acordo com a proposição do problema.

Quanto à abordagem, o tipo de pesquisa realizada neste estudo foi a qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto à natureza, foi utilizada a pesquisa básica, o qual objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.

Quanto aos objetivos, foi aplicada a pesquisa explicativa. Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007).

Utilizaremos o referencial teórico, baseado, principalmente, nas obras “A importância do ato de ler – em três artigos que se completam” e “A Educação como prática da Liberdade” de Paulo Freire e, “Alfabetização e Letramento” e “Linguagem e escola – uma perspectiva social” de Magda Soares, por se tratar de educadores que debruçam sobre o tema da Alfabetização sob um viés social de emancipação dos sujeitos, através de uma Educação libertadora e

crítica. A pesquisa gira em torno do Estatuto e Atos da Associação Brasileira de Alfabetização, bem como todo o acervo documental da Associação que asseguram os argumentos de posicionamentos políticos e sociais mediante a construção do pensamento crítico e de resistência em relação à atuação das políticas públicas no campo da Alfabetização brasileira.

Portanto, quanto aos procedimentos, foram utilizadas as pesquisas bibliográficas e documentais, por meio das quais foram necessárias para debruçarmos sobre o tema.

3 A gênese e o desenvolvimento da ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização

No dia 18 de julho de 2012, os membros fundadores da Associação Brasileira de Alfabetização se reuniram na conferência realizada no Salão da Nobreza da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, durante o 18º Congresso de Leitura no Brasil, para a formalização da ABAIf. O grupo que conduziu o congresso foi presidido pela Profa. Maria do Rosário Longo Mortatti (UNESP, Marília) e composto pela Profa. Dra. Norma Sandra de Almeida Ferreira (UNICAMP), Dra. Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo (UFSJ) e Dra. Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES). Essas professoras, juntamente com outros educadores, integraram também a Comissão³ interina provisória instituída em 18 de setembro de 2010, no GT10 - "Alfabetização, Leitura e Escrita", realizado pela Associação Nacional de Pesquisa Educacional e Pós-Graduação (ANPEd), na 33ª Reunião Anual da Associação, em Caxambu/MG, em que foi aprovada em Plenária a criação da ABAIf e instituída a Comissão provisória.

Vale ressaltar que, esta Comissão provisória foi responsável pelas discussões desde 2009 para obter moções de apoio à criação da Associação Brasileira de Alfabetização. Ou seja, embora a fundação da Associação tenha ocorrido apenas em 2012, grupos de pesquisadores, anteriormente, já se debruçavam em diálogos que abordassem as pautas da Alfabetização e buscavam pela criação da SBAIf – Sociedade Brasileira de Alfabetização, cujas denominação e sigla foram posteriormente alteradas para ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização. Mortatti afirma:

Por isso, penso que uma das urgências de nosso tempo é congregar esforços científicos e energia intelectual – não atrelados a órgãos do setor público estatal, a instâncias públicas não estatais nem a empresas privadas – para pensar sobre essas e outras conjecturas. E, com essa finalidade, proponho a

³ Comissão foi constituída por: Maria do Rosário L. Mortatti (UNESP-Marília) (Presidente); Artur G. Moraes (UFPE), Cancionila J. Cardoso (UFMT), Cecília M. A. Goulart (UFF), Cláudia M. M. Gontijo (UFES), Cleonara M. Schwartz (UFES), Diana G. Vidal (USP), Edith I. S. Frigotto (UFF), Edna C. Oliveira (UFES), Eliane T. Peres (UFPE), Francisca I. P. Maciel (UFMG), Iole M. F. Trindade (UFRGS), Luciana Piccoli (UFRGS), Isabel C. A. S. Frade (UFMG), Maria Arisnete C. Moraes (UFRN), Maria do Socorro A. N. Macedo (UFSJ), Marildes Marinho (UFMG), Lázara Nanci B. Amâncio (UFMT), Norma S. A. Ferreira (UNICAMP).

criação da Sociedade Brasileira de Alfabetização, como entidade sem fins lucrativos, com os objetivos de congregar pesquisadores e grupos de pesquisa, promover a criação de um núcleo de pesquisas e estudos sobre alfabetização de caráter institucional e multidisciplinar e promover intercâmbio com sociedades, pesquisadores, núcleos e grupos de pesquisa internacionais.

Talvez ainda seja muito pouco. Mas considero ser essa uma ocupação fecunda, em tempos de produtivismo e privação do ócio criativo, e necessária, para, ao menos, iniciar o debate. (MORTATTI, 2010a, p. 340)

Na ocasião de fundação em 2012, instituiu-se a criação formal da ABAlf, por meio da apresentação e aprovação do Estatuto e da chapa para o biênio, o qual intitularam Magda Soares como Presidente de Honra e, Paulo Freire como Patrono. A elaboração do Estatuto foi inspirada em outras sociedades/associações acadêmico-científicas, já existentes e consolidadas no país, tais como a Sociedade Brasileira de História da Educação e a Associação de Leitura no Brasil. Com a eleição da primeira Diretoria⁴ (2012-2014), encerraram-se as atividades da Comissão provisória que, no período de 18 de outubro de 2010 a 18 de julho de 2012, foi responsável pelos encaminhamentos para a realização da Assembleia de Criação da ABAlf.

A ABALF, em seu estatuto, previu a criação de um periódico científico, com periodicidade semestral, editado pela Associação. Para tal, foi instituída uma comissão composta pelas professoras Cleonara Maria Schwartz (UFES), Isabel Cristina Alves da Silva Frade (UFMG), Norma Sandra de Almeida Ferrari (UNICAMP) e Maria do Rosário Longo Mortatti (UNESP-Marília) para dar prosseguimento ao projeto do periódico. A comissão trabalhou na organização do Sistema de Editoração Eletrônica da Revista e na organização do número especial que marca oficialmente o início do periódico. Hoje, a Revista Brasileira de Alfabetização (RBA) é mais umas das ações sólidas da ABAlf que contribui para reflexão referente às várias dimensões da alfabetização.

O que, em 2009, era uma ideia inovadora e pioneira, que se concretizou formalmente em 18/07/2012, é hoje uma realização reconhecidamente exitosa e promissora. Sem dúvida, porém, há ainda muito a ser feito. E, para isso, contamos agora com a chapa eleita para administrar a ABAlf no próximo biênio. A realização desse pleito, assim como a representatividade dos eleitos, é mais uma importante evidência da vitalidade de nossa Associação. (ABALF, 2014, p. 11)

⁴ Presidente: Maria do Rosário Longo Mortatti (UNESP-Marília); Vice-Presidente: Cecília Maria Aldigueri Goulart (UFF); Secretária: Cláudia Maria Mendes Gontijo (UFES); Vice-Secretária: Francisca Izabel Pereira Maciel (UFMG); Tesoureiro: Cristiana Ferrari (UNESP-Marília); Vice-Tesoureiro: Norma Sandra de Almeida Ferreira (UNICAMP).

Atualmente, a Associação possui sede em Florianópolis – Santa Catarina, onde conforme a apuração realizada por meio de votação dos associados, foi eleita a nova diretoria (2022-2023), chapa nomeada “Alfabetização em Diálogo Contínuo”, composta pela seguinte gestão: Lourival José Martins Filho⁵ (NAPE/Udesc) como Presidente; Adelma das Neves Nunes Barros-Mendes (UNIFAP) como Vice-Presidente; Fernando Rodrigues de Oliveira (UNIFESP) como Secretário; Gabriela Medeiros Nogueira (FURG) como Vice-Secretária; Adriana Regina Sanceverino (UFFS) como Tesoureira e Denise Maria de Carvalho Lopes (UFRN) como Vice-Tesoureira.

As receitas da ABAIf são únicas e exclusivamente decorrentes do pagamento das anuidades dos associados. De acordo com a última atualização divulgada pela Direção, em julho de 2022, a Associação conta com um total de 1010 associados. Destaca-se que, a vida e permanência da ABAIf depende dos recursos das anuidades, os quais são utilizados na manutenção do site – atualização e domínio; da secretaria técnica – emissão de documentos, gestão da informação, divulgação e comunicação; da revista – site, diagramação, sistematização; dos serviços de contabilidade e taxas obrigatórias e, a realização dos congressos.

Também como expressivos resultados de nossas iniciativas, destaco o número de associados que responderam ao convite da ABAIf, tendo contribuído decisivamente para a sustentação da entidade: 91, em 2012; 355, em 2013; e 79, até 18/07/2014. Como se pode constatar, o significativo aumento do número de associados em 2013 se deveu à realização do I CONBAIf/II SIHELE, confirmando a pertinência do conselho que Ezequiel Theodoro da Silva (FE/UNICAMP) me dera, durante a Assembleia de criação da ABAIf, baseado na sua longa experiência com a ALB, de que foi fundador e presidente, em várias gestões: a promoção de eventos é essencial para a sobrevivência de associações como as nossas. (MORTATTI, 2015, p. 22)

Por se tratar de uma Associação séria e transparente, principalmente com seus associados, periodicamente, é feita a prestação de contas e o parecer do Conselho Fiscal, por meio de balancetes mensais; balanço geral e previsão de despesas futuras. A Tesouraria da ABAIf, juntamente com a Presidência, encaminha todo o Processo de prestações de contas, para que sejam alvos de conferência e análise pelos integrantes do Conselho.

Desta maneira, a Associação cresceu e se consolidou nesses anos, graças aos envolvidos que fazem o seu coletivo, que nunca renunciou ao diálogo fundado na democracia, visando à produção de conhecimento e de soluções para a inclusão dos cidadãos no universo da cultura escrita. Desde a sua fundação, a ABAIf vem ocupando lugar de destaque no cenário

⁵ Docente do departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed), e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), foi eleito presidente da Associação Brasileira de Alfabetização (ABAIf) para a Gestão 2020-2022.

acadêmico, consolidando-se em pesquisas, ações políticas através de discussões e propostas pedagógicas relacionadas com a Alfabetização.

4 Esperançar e resistir – a alfabetização em Freire e Soares

Fazendo uma reflexão acerca dos aspectos históricos e contemporâneos da alfabetização, evidenciamos que há processos sociais e dimensões multifatoriais escolares e não escolares que explicam a presença/ausência da alfabetização. Desta forma, não podemos isolar a alfabetização dos aspectos ideológicos e políticos. Assim, acentuam desafios políticos, sociais, culturais e educacionais mediante aos índices⁶ de analfabetismo absoluto da população brasileira, bem como o contínuo e preocupante cenário de analfabetismo funcional.

As discussões acerca da Alfabetização, têm como luta conjunta e política a favor de uma Alfabetização de qualidade, que garanta os direitos de aprendizagem a todos os indivíduos. Logo, se faz necessário a existência de espaços que resistam em interrogar, questionar e propor políticas e práticas para a construção de uma Educação de qualidade; trazendo como eixo principal a colocação em debates e socialização das discussões sobre as práticas que acontecem no cotidiano escolar, bem como as reflexões científicas oriundas das pesquisas no campo da Alfabetização. Temática a qual se apresenta urgentemente necessária em ser qualitativamente discutida em meio às ações intencionais de desmantelamento de instituições e Políticas Públicas de nosso país. Com base nesta compreensão de politicidade intrínseca, recordamos que, no Brasil, detemos diversos problemas educacionais internos a resolver, principalmente a questão do analfabetismo.

Através dos diálogos e obras de Paulo Freire, filósofo e pedagogo brasileiro, percebemos que sua filosofia de Educação, além de associada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), está fortemente ligada a formar sujeitos de ações políticas e sociais. Freire, em suas diversas obras, afirma que não é possível pensar a Educação fora de um contexto de significação política, reconhecendo a ação de educar como um ato político, ao passo que permite as pessoas o acesso ao conhecimento para transformarem a sociedade, contribuindo como agentes libertos mediante ações revolucionárias e críticas. Para Freire, um princípio essencial é de que a Alfabetização e a conscientização jamais se separam.

⁶O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que o Brasil conta, atualmente, com cerca de 11 milhões de pessoas analfabetas – acima de 15 anos de idade – que ainda não sabem ler ou escrever um bilhete simples. O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) apontou que 29% dos brasileiros são considerados analfabetos funcionais.

“A compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se.” (FREIRE, 1997, p. 08)

Em sua atuação, Freire assegurou que o aprendizado se dá através da aproximação da realidade e do cotidiano dos educandos, trazendo sentido de mundo em cada palavra, pautando, sobretudo, na ideia de que aprender a ler e a escrever é aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto numa relação dinâmica vinculando linguagem e realidade e ser alfabetizado é tornar-se capaz de usar a leitura como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la. (FREIRE, 1989).

Reconhecida como uma das principais pesquisadoras no campo da Alfabetização e do Letramento, Magda Soares, fundadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) e presidente de honra da ABAIf, a professora é uma das maiores pesquisadoras no tema. Para a autora, a Alfabetização se trata de um conjunto de habilidades, não limitando apenas ao codificar e decodificar a língua escrita, mas sim, como associação ao Letramento, através do desenvolvimento de habilidades de uso da tecnologia da leitura e da escrita, no contexto social e cultural em que os educandos estão inseridos. Esta associação entre a Alfabetização e o Letramento é nomeado pela pesquisadora como "alfalettar".

Segundo Soares (2003), letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno. Desta forma, a Alfabetização e o Letramento não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis. Para tanto, a alfabetização requer teorias/métodos/práticas para se chegar ao letramento, sob o ponto de vista da autora, não é possível ser letrado antes mesmo de ser alfabetizado.

Através do sentido de evidenciar a relação da Alfabetização com a perspectiva social, fortemente abordada por esses dois autores, debruçamos à reflexão crítica sobre a Educação oferecida, principalmente às camadas populares, através da escola pública. E assim, pensarmos sobre qual direção indeclinável devemos analisar o processo de Alfabetização, como quesito precípua para a lida em prol de ações e práticas de resistência voltadas a compreender as lacunas evidentes na Educação brasileira.

“A escola pública não é, como erroneamente se pretende que seja, uma doação do Estado ao povo; ao contrário, ela é uma progressiva e lenta conquista das camadas populares, em sua luta pela democratização do saber, através da democratização da escola. Nessa luta, porém, o povo ainda não é vencedor, continua vencido: não há escola para todos, e a escola que existe é antes contra o povo que para o povo.” (SOARES, 2000, p. 09)

Em razão às diversas barreiras a serem transpostas na Educação, prescindir a luta por uma Alfabetização de qualidade apenas corrobora ainda mais para que os índices de analfabetismo continuem subindo no país. Deste modo, no que tange à atuação da ABAIf, o objetivo precípua é se posicionar de forma crítica e pública por melhorias na Educação brasileira, fomentando pesquisas e acompanhando Políticas Públicas no campo da Alfabetização.

O Plano Nacional de Educação (PNE), na Lei 13.005/2014, aponta a expectativa de zerar a taxa de analfabetismo no Brasil até o ano de 2024. Entretanto, há a necessidade da aplicabilidade de Políticas Públicas efetivas, voltadas a sanar os impasses das desigualdades e vulnerabilidades sociais e educacionais. A não-alfabetização das crianças em idade adequada traz prejuízos para aprendizagens futuras e agrava ainda mais a situação de evasão escolar, além de escancarar a falha do Poder Público em contornar os problemas educacionais.

O ponto crucial deste estudo não se implica, necessariamente, em evidenciar de forma minuciosa os erros dos métodos de ensino e/ou as lacunas da alfabetização brasileira, mas chamar atenção para esse tema em paralelo a significação política e social, bem como oportunidade de reflexão para assimilarmos as falhas⁷ alarmantes do governo de Jair Messias Bolsonaro contra a educação e a falta de Políticas Públicas – ou a inaplicabilidade delas. Os cortes mostram que a educação não foi prioridade do governo (ACATE, 2019). Ademais, trata-se de assuntos prévios essenciais para apresentarmos a Associação Brasileira de Alfabetização como um espaço de resistência, em razão ao que se tem construído para e sobre a Alfabetização no Brasil.

Importante ainda salientar que a alfabetização não se constitui como uma aquisição individual, apenas. Trata-se, isso sim, de um direito social que fomenta inúmeros outros direitos. Compreendida como um direito de todos, a alfabetização exige que a escola, como instituição social, cumpra seu papel de ensinar os princípios básicos da escrita alfabética, mas, também de promover conhecimentos que possibilitem, aos indivíduos e aos respectivos grupos, utilizar a escrita como prática social, em contextos os mais diversos. (ABAIf, 2019, p. 2)

Na compreensão de Freire, um princípio fundamental para uma educação efetiva e libertadora é inserir o homem na realidade como um ser que exista nela, e através dessa

⁷ Segundo o comunicado obtido pelo jornal Folha de S. Paulo, no Governo do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, o Ministério da Educação (MEC) teve um corte em seu orçamento, totalizando R\$ 3,2 bilhões. Esse corte afeta todos os órgãos educacionais, como Institutos e Universidades Federais, além de impactar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh).

existência promova a sua própria concepção da vida social e política. É a partir desta premissa que Freire conceitua a Educação Popular como:

[...] democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição e classe e, ao mesmo tempo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. [...] É a que não considera suficiente mudar apenas as relações entre educadora e educandos, amaciando essas relações, mas, ao criticar e tentar ir além das tradições autoritárias da escola velha, critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo. (FREIRE, 2007, p. 103-105).

Logo, um princípio essencial é de que a Alfabetização e a conscientização jamais se separam.

“A compreensão desta pedagogia em sua dimensão prática, política ou social, requer, portanto, clareza quanto a este aspecto fundamental: a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se.” (FREIRE, 1997, p. 08)

Segundo Soares (2003), letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto em que a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno. Desta forma, a Alfabetização e o Letramento não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis. Para tanto, a alfabetização requer teorias/métodos/práticas para se chegar ao letramento, sob o ponto de vista da autora, não é possível ser letrado antes mesmo de ser alfabetizado.

Em seu livro “Linguagem e Escola – uma perspectiva social”, escrito em 1989, Soares já explicitava as barreiras enfrentadas pelas camadas populares no campo da educação:

A discriminação das crianças das camadas populares na escola – indicada pelos altos índices de repetência e evasão – aparece, nas sociedades capitalistas, como uma ameaça ao ideário liberal que as fundamenta e justifica. O princípio básico desse ideário – a “igualdade de oportunidades” – vê-se negado, quando se evidencia que a escola não serve igualmente a todas as crianças: crianças das classes favorecidas, obtêm sucesso, enquanto crianças das camadas populares enfrentam dificuldades de aprendizagem, fracassam, abandonam o sistema de ensino, mal iniciam o período de escolarização obrigatória. (SOARES, 1989, p. 18)

Além da questão social de desigualdade, a visão errônea voltada à Alfabetização e do Letramento distante das especificidades do educando, faz com que os sujeitos e suas vidas desapareçam, ao passo que suas histórias percam a importância, como se todos

aprendessem de um mesmo modo, seguindo um mesmo caminho. O custo tem sido a exclusão do sujeito e apontamento de um desafio que implica em pensarmos as faces reais da Alfabetização, compatibilizando estas dimensões.

Soares, evidencia Freire como um educador para além da forma restrita do que se entende o método de Alfabetização. Identificar Freire como um método de Alfabetização e até, especificamente, com um método de Alfabetização de adultos parece-me uma incorreção e uma redução. (SOARES, 2015). Para Soares, Freire foi um dos maiores, senão o maior, educador brasileiro.

Nesse momento – fim dos anos 50, início dos anos 60 –, a Unesco, para fins de padronização das estatísticas educacionais dos diferentes países, definia alfabetização simplesmente como a capacidade de “ler e escrever um curto enunciado a respeito da vida cotidiana” (recomendação de 1958); e Paulo Freire definia já a alfabetização como conscientização, politização, meio de tornar o homem consciente de sua realidade e de sua possibilidade de transformá-la. (SOARES, 2015, p. 121)

Em sua atuação, Freire assegurou que o aprendizado se dá através da aproximação da realidade e do cotidiano dos educandos, trazendo sentido de mundo em cada palavra, pautando, sobretudo, na ideia de que aprender a ler e a escrever é aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto numa relação dinâmica vinculando linguagem e realidade e ser alfabetizado; é tornar-se capaz de usar a leitura como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la. (FREIRE, 1989).

À frente de seu tempo, Freire atenuava a alfabetização embutida na política e filosofia educacional. Desta forma, pode-se concluir que a proposta de alfabetização de Freire não é, na verdade, uma proposta de método, pelo menos no sentido restritivo da palavra no campo da alfabetização.

Freire notabilizou-se, entre tantas outras participações de resistência, em fazer com que as camadas populares fossem devidamente alfabetizadas – Destacado o contexto social, em que apenas os indivíduos alfabetizados tinham direito ao voto. Assim, para a participação efetiva na sociedade, as pessoas deveriam – em seu significado mais restrito, saber “ler e escrever”. Mesmo que, o Estado não proporcionasse meio/condição igualitária para que todos tivessem acesso a uma educação, mínima que seja, para que consolidassem a alfabetização.

Em sua edição de 30 de junho de 1964, o jornal O Estado de S. Paulo publicou um artigo de Antônio Bernardes de Oliveira, médico, professor universitário e membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, intitulado “O voto do analfabeto, um desserviço à Nação”. O artigo deixava explícito que o acesso à votação eleitoral por parte dos analfabetos

“só pode interessar ao demagogo e ao oportunista sem escrúpulos; não corresponde a nenhuma aspiração nacional; anula e avilta o voto consciencioso e de qualidade; compromete o regime; afasta as elites legítimas; reduz o papel dos partidos; convida ao suborno; nivela por baixo”. Sobre o método de Paulo Freire, em sua opinião adotado pelo governo deposto apenas para ampliar o colégio eleitoral, Bernardes de Oliveira dizia não passar de “uma manobra para alcançar dois escopos, uma intensiva propaganda comunista e a eclosão de uma invencível força eleitoral de índole facciosa onde a demagogia teria as portas abertas”. (HADDAD, 2019, p. 11)

Percebemos que, a alfabetização sempre foi – e veladamente continua sendo um tema indigesto para a elite, causada pelo receio da participação efetiva da camada popular nos assuntos sociais diversos e, conseqüentemente, pela possibilidade de ampliação dos horizontes de esperança atenuada na população que, conscientes de seu papel na sociedade, lutam e almejam condições dignas, ressaltando seus direitos em todos os âmbitos.

Na medida, porém, em que as classes populares emergem, descobrem e sentem esta visualização que delas fazem as elites, inclinam-se, sempre que podem, a respostas autenticamente agressivas. Estas elites, assustadas, na proporção em que se encontram na vigência de seu poder, tendem a fazer silenciar as massas populares, domesticando-as com a força ou soluções paternalistas. Tendem a travar o processo, de que decorre a emersão popular, com todas as suas conseqüências. (FREIRE, 1997, p. 86)

Enquanto, apenas a partir dos anos 80, passaram a surgir novas concepções de alfabetização, Freire, trinta anos antes, já havia evidenciado os diferentes propósitos para os quais a alfabetização pode ser usada – para domesticar ou para libertar. (SOARES, 2015)

Desta forma, notamos que, os pensamentos de Freire são caucionados por Soares, ao passo em que buscam sugerir a real necessidade de pensar uma educação e alfabetização libertadora, especialmente para a inclusão efetiva das classes populares. Ao evidenciar que a escola – instituição a serviço das classes dominantes – não é o campo que travará a luta contra o fracasso escolar das camadas populares, Soares ressalta que

[...] numa sociedade marcada pela divisão em grupos ou classes antagônicos, que se opõem em relações de força materiais e simbólicas, não há solução educacional para o problema do fracasso escolar; só a eliminação das discriminações e das desigualdades sociais e econômicas poderia garantir igualdade de condições de rendimento na escola. A solução estaria, pois, em transformações da estrutura social como um todo; transformações apenas na escola não passam de mistificação: não surtem efeito, e parecem mesmo ter o objetivo de apenas simular soluções, sendo, na verdade, um reforço da discriminação. (SOARES, 2000, p. 64)

O problema prosseguia e transcendia a superação do analfabetismo e se situava na necessidade de superarmos também a nossa inexperiência democrática [...] com essa educação desvinculada da vida, centrada na palavra, em que é altamente rica, mas na palavra “milagrosamente” esvaziada da realidade. (FREIRE, 1997). Em sintonia com reflexões de Soares, Freire já evidenciava o real sentido de uma educação com um viés em superar a condição de discriminação das classes populares. Assim, o conceito social da alfabetização está em se pautar como uma condição indispensável dos indivíduos para a transformação do mundo. Como nos lembra Freire:

Só assim a alfabetização cobra sentido. É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si em relação com o mundo, como uma criação. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só assim a alfabetização tem sentido. (FREIRE, 1997, p. 142)

5 A atuação da ABAIf: resistir – do verbo à ação, em prol de uma Alfabetização democrática

O verbo resistir é definido no dicionário expressando a capacidade que têm os seres animados e inanimados de opor-se frente a um outro sistema de forças, mas o ato de resistir é, também, descrito como a capacidade que têm esses seres de lutar em defesa de algo (FERREIRA, 1975).

Resistir é ir além do conceito e teoria, é colocar em ação e prática. As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nos impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos (FREIRE, 2002).

Assim, a ABAIf se constitui um espaço de resistência ao passo em que se une a pesquisadores e professores de todo o país com o propósito de fomentar melhorias na educação brasileira, e juntos, defendem e lutam pela garantia do direito constitucional na qual prevê uma educação de qualidade a todos os indivíduos. Logo, “ser” no mundo significa transformar e retransformar o mundo, e não se adaptar a ele.

A educação consegue dar às pessoas maior clareza para “lerem o mundo”, e essa clareza abre a possibilidade de intervenção política. [...]. Como seres humanos, não resta dúvida de que nossas principais responsabilidades

consistem em intervir na realidade e manter nossa esperança (FREIRE, 2020, p. 50).

Uma das ações mantidas pela ABAlf é a publicação de artigos, ensaios, traduções e revisões bibliográficas, resultantes de pesquisas originais e com abordagem inédita. Também publica entrevistas e resenhas de obras recentemente publicadas, de caráter acadêmico ou literário, por meio da Revista Brasileira de Alfabetização (RBA).

A RBA é um periódico científico editado pela ABAlf, cujo objetivo principal é constituir-se em um fórum de debate, por meio da reunião e divulgação da produção acadêmico-científica. A submissão e publicação de artigos científicos são feitos de forma gratuita, o que facilita para que todos possam contribuir com temas educacionais contundentes. Os artigos/ensaios são avaliados previamente pelo Conselho Consultivo, que examinará a adequação dos critérios formais e temáticos determinados pela política editorial da revista.

QUADRO 1 – DOSSIÊS PUBLICADOS NA REVISTA BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO, EDIÇÃO ATUAL N. 17 (2022).

Títulos	Autores
Apresentação do Dossiê: Ações e contextos formativos de professores alfabetizadores.	CABRAL, Giovanna; GOULART, Ilsa; AQUINO, Kênia.
Os avanços e as limitações do Programa Residência Pedagógica na formação de professores alfabetizadores para a educação básica.	TEZANI, Thaís.
Práticas de Letramento com crianças pequenas: possibilidades na Alfabetização.	SILVA, Melina; PINTO, Ana Lúcia Guedes.
Professoras bem-sucedidas: narrativas da constituição dos saberes e das práticas alfabetizadoras.	FARIAS, Marly de Souza Brito; MARTINS, Rosana Maria.
Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental: elementos que favorecem a transição para a Alfabetização.	KUCYBALA, Fabíola dos Santos, FELICETTI, Vera Lucia; ROBAYO, Adriana del Rosario Pineda.
(Des) continuidades nos documentos federais norteadores das políticas para a área da Alfabetização.	CABRAL, Giovanna Rodrigues; BARBOSA, Estefania Ruth Monteiro; GOULART, Ilsa do Carmo Vieira.
Conhecimento histórico e formação inicial docente.	NOGUEIRA, Claudete de Sousa.
Práticas de leitura na Alfabetização: o trabalho com habilidades de leitura em sala de aula.	ASSIS, Flávia Cristina de Araújo Santos; VIEIRA, Mauriceia Silva de Paula.
Literatura infantil como objeto mediador das práticas de Letramento e do processo de Alfabetização.	ZUIN, Poliana Bruno; ZUIN, Luís Fernando Soares; MARIOTTO, Isadora Pascoalino.
Experiência formativa de uma professora alfabetizadora e implicações ao ensino de alunos com deficiência.	ANDRADE, Royston Diógenes; SANTOS, Geandra Cláudia Silva.
Alfabetização e literatura infantil nos programas PIBID e Residência Pedagógica na UFJ.	AQUINO, Kenia Adriana de; DOMINGUES, Isa Mara Colombo Scarlati.
Projetando o início da docência: perspectivas de estudantes do curso de Pedagogia da UFSCar.	BARBOSA, Erica Alves; BARROS, Bruna Cury.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

QUADRO 2 - ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO, EDIÇÃO ATUAL N. 17 (2022).

Títulos	Autores
O papel da educomunicação no contexto escolar em tempos de pandemia de Covid-19.	FILHO, Pedro Júlio de Castro; BRANDÃO, Amauricia Lopes Rocha; BENEDITO, Samiles Vasconcelos Cruz.
Entre a concepção de alfabetização e a prática pedagógica: o que faz a professora?	OLIVEIRA, Andhiara Leal Antunes; COUTO, Maria Elizabete Souza.
O método natural e o ensino da leitura: olhares a partir da abordagem freinetiana.	SILVA, Fernanda Duarte Araújo.
A alfabetização em discurso: uma análise de enunciados institucionais brasileiros.	OFRETORIO, Adriana.
O papel da escola na ampliação do repertório linguístico das crianças desde a alfabetização: o emprego dos pronomes clíticos.	CASAGRANDE, Sabrina; LIZ, Lucilene Lisboa; GOMES, Mariani Vanessa.
Pedagogia histórico-crítica, formação continuada de professores alfabetizadores e a inserção de tecnologias.	NUNES, Kilvia de Cássia; SOUZA, Raquel Aparecida de.
Autoria, autonomia e resistência na adoção do método fônico e implantação do projeto alfa em Montes Claros (1920-1970).	VELOSO, Geisa Magela; CORDEIRO, Regina Coele.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Com uma gama de artigos, de autores brasileiros e estrangeiros, escritos em português, bem como em outras línguas – inglês, italiano, espanhol e francês – a revista visa estimular estudos da Alfabetização e áreas afins. Logo, destaca-se a importância dos periódicos científicos na propagação do conhecimento.

Segundo Souza e Albuquerque (2005) os periódicos científicos servem

como instrumento de avaliação que mede os conhecimentos, e examina os resultados apresentados pelo pesquisador. A partir da publicação de artigos em revistas científicas de prestígio, tantos os resultados da pesquisa passam a ser conhecido diante da comunidade científica, quanto aumentam a credibilidade do autor. Como também, este suporte servirá de canal difusor da informação e propagador da ciência. (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2005).

Diversos autores renomados no campo da Alfabetização se debruçam a enviar artigos e trabalhos ao periódico, enriquecendo, com maestria, os temas atuais e necessários para pensarmos a Educação. Como é o caso de Artur Gomes de Moraes, Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona (1996), pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professor titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Na 10ª edição da RBA, em 2019, foi publicado em um número especial da revista, no Dossiê “Política Nacional de Alfabetização em foco: olhares de professores e pesquisadores”, o trabalho de Moraes, com o título “Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019”.

Nesta oportunidade, Moraes aborda os temas sobre a falácia de a PNA apresentar-se como “exclusivamente baseada em evidências científicas” e criticar o fato de, no Brasil, aquelas evidências nunca terem sido levadas em conta pelos que definiram políticas públicas de alfabetização; sobre pontos de divergência e convergência com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, ainda, sobre diferenças entre as evidências de pesquisa e o proposto pela PNA, no ano de 2019.

QUADRO 3 – TEMAS ELENCADOS PELA ABALF POR MEIO DA MANIFESTAÇÃO DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PNA.

Conjunto de críticas ao PNA
Política unilateral, ancorada em realidades distintas da maioria das escolas, crianças, jovens, adultos e idosos brasileiros/as, que precisam alfabetizar-se.
Pautada na negação de todo um conjunto de construtos teóricos e práticos acerca da alfabetização e se tenta fazer crer que a ciência brasileira não é ciência, em especial no campo da alfabetização.
Revela-se em uma visão dicotômica que põe de um lado a supervalorização (da ciência de outros países, - Portugal) e de outro, a desvalorização (Universidades, pesquisadores e professores, - Brasil).
Desdobramentos da PNA que ocorrem à parte das realidades e diversidades de alfabetizador(es/as) e alfabetizand(os/as) brasileir(as/os) como o “Tempo de Aprender” e o “Conta pra Mim”.
PNLD-2022 - Educação Infantil distorcido.
A adaptação e disponibilização do <i>Graphogame</i> , um jogo baseado exclusivamente em emissão de fonemas isolados, apesar de sua aparente contextualização em estrutura de jogos digitais.
Programa da “Alfabetização baseada em Ciência” – ABC, que visa a formação de 40 mil professores de alfabetização em curso <i>online</i> , desconsiderando totalmente a maioria das realidades das escolas e professores.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Reiterando a crítica de Moraes em relação ao PNA, a ABAlf assinou, em sintonia com diversos Educadores/Alfabetizadores e pesquisadores reunidos na Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) 2022, em Natal, manifestando e subscrevendo a “Moção pela revogação da Política Nacional de Alfabetização e seus desdobramentos”.

Desde que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) teve seus primeiros movimentos de construção, a ABAlf, como representante de milhares de professores/as alfabetizadores/as e pesquisadores/as do campo da alfabetização no Brasil, tem se mobilizado para dialogar com a Secretaria de Alfabetização (SeAlf) do Ministério da Educação (MEC) na intenção de contribuir com essa Política. Esse diálogo reiteradamente solicitado tem se colocado para demonstrar as lacunas e equívocos que a PNA traz em seu bojo, que gera prejuízos, retrocessos e rupturas para o campo da alfabetização e da formação continuada de alfabetizadores. (ABAlf, 2022)

Em continuidade com a mobilização em torno dos pressupostos da PNA, a RBA publicou um número especial, no ano de 2019, com a visão de mais de 20 pesquisadores brasileiros. No entanto, todas as iniciativas da Associação não obtiveram retorno por parte

dos agentes do Governo Federal. A intenção sempre foi construir juntos políticas para a área, afinal, a ABAIf agrega centenas de atores/atrizes que atuam com alfabetização em todo o país e que têm contribuído, nas últimas décadas, com novos paradigmas – teóricos e práticos – de alfabetização (ABAIf, 2020).

Destarte, a ABAIf, mais uma vez, em 2020, se posicionou contra as ações do PNA – dessa vez, frente ao Programa de Alfabetização "Tempo de Aprender". Em termos de ênfase, houve críticas de que o plano tivesse se apresentado de forma unilateral, ignorando o diálogo e o debate com diferentes grupos de pesquisa, universidades e entidades interessadas em desenvolver políticas públicas de alfabetização no país. O Programa sugeriu a organização das salas de aula em videoaulas, mas dada a situação real das escolas brasileiras, essa exigência ilusória mostra um descompromisso com a realidade.

Segundo Mortatti (2019), os princípios do referido Programa, infringem princípios como os da pluralidade de ideias e da relatividade de conceitos científicos.

Para a ABAIf, resistir é afirmar-se por meio de posicionamentos que propugnam uma educação de qualidade, que se encarregue de ofertar uma alfabetização que englobe e respeite as especificidades do educando. Assim, o espaço de resistência em âmbito educacional ocupado pela Associação vai ainda mais além. Em prol de melhorias educacionais, a ABAIf se posiciona, de forma crítica, na luta pelo direito à alfabetização, por meio de manifestações públicas que

têm como sentido abranger um agrupamento de pessoas, normalmente em locais públicos, com o objetivo de, no exercício do legítimo direito de reunião, poder demonstrar, por exemplo, um descontentamento e desaprovação contra uma determinada situação que envolve, via regra, a ação de governantes com impacto na vida das pessoas. Por outro lado, a manifestação pode indicar apoio a qualquer ato ou situação que esteja ocorrendo de tal maneira que a força do movimento popular, materializada pela voz das ruas, ajude a impulsionar as transformações almejadas pelo interesse público. (NOVELLINO, 2017, p. 25)

Em 2012, a Associação Brasileira de Alfabetização manifestou publicamente seu posicionamento contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2016, de autoria do Senador Magno Malta (PR/ES), que Inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o Programa Escola sem Partido. O ato de educar seria responsabilidade da família e da religião; então o professor teria que se limitar a instruir, o que no discurso do Escola sem Partido equivale a transmitir conhecimento neutro, sem mobilizar valores e sem discutir a realidade do aluno (FRIGOTTO, 2017).

De acordo com a manifestação assinada, esse Programa é uma afronta aos direitos humanos e à Carta Constitucional Brasileira que salvaguardam o direito à livre expressão e à convivência e vivência democrática entre diferentes sujeitos (ABAlf, 2012).

[...] o Escola sem Partido é absolutamente ilegítimo [...] um projeto de lei que versa sobre a ética profissional do professor e não inclui esse professor em nenhum momento, seja ao longo da tramitação ou nas audiências públicas. Por isso, ele é ilegítimo. Mas o que eu tenho dito, é que nós temos uma oportunidade de levar esse debate para o espaço público de novo, uma oportunidade de ouro para reafirmar para nós o que é educar, o que é a Escola Pública, quais são os valores que nós ensinamos na escola sim e, partindo dos professores em diálogo com a sociedade civil, discutir a nossa ética profissional, porque é algo também necessário. (FRIGOTTO, 2017, p. 48)

Por meio de uma Moção, a ABAlf e os participantes do I Fórum Nacional de Alfabetização e do XXIII Fórum Permanente de Alfabetização, Leitura e Escrita do Espírito Santo, manifestaram, publicamente, repúdio à sugestão legislativa de revogação da Lei n.º 12.612, de 13 abril de 2012, que, no seu art. 1, proclamou Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira.

É essencial reforçarmos que, ao falarmos de resistência, Freire merecidamente se coloque em destaque. Freire foi um resistente à pobreza, haja vista a dificuldade que enfrentou para ir de encontro aos estudos, em detrimento aos poucos recursos familiares os quais dispunha para sua permanência e busca por conhecimento. Todavia, a vontade avassaladora de colocar-se a serviço daquilo que nasceu para realizar – ser um educador, são lições que nos servem de fortalecimento e ânimo à nossa resistência. Ao nos ensinar o conceito de esperar, Freire coloca-nos diante da junção de sentimento e ação em proporção revolucionária.

Paulo Freire é um pensador reconhecido mundialmente, um defensor dos direitos democráticos e da justiça. Sempre atacou, sem reservas, o desrespeito à coisa pública e a impunidade. Paulo Freire será sempre o Patrono da Educação Brasileira e da Associação Brasileira de Alfabetização. (ABAlf, 2017)

Em 2020, declarada a Pandemia de Covid-19, a ABAlf, mais uma vez, posicionou-se quanto às propostas de atividades remotas para a Educação Básica. Obviamente, a defesa primordial e de mobilização mundial esteve perduravelmente pautada ao direito à vida, colocando em plano secundário quaisquer outras questões que pudessem ser contornadas futuramente. Entretanto, as atividades remotas se apresentam um tanto açodadas e

homogeneizantes, pela ânsia de minimizar possíveis prejuízos de um longo período sem atividades escolares (ABALF, 2020).

Assim, a ABAlf convida à reflexão: é preciso considerar que trabalho/aulas/atividades remotas, a dita “educação a distância”, requer tutores on-line, formação docente específica, plataformas on-line, material didático específico e público com conhecimento mínimo e condições de acesso a rede de Internet e dispositivos didáticos virtuais, o que não cabe nem na legislação nem nas realidades da maior parte dos alunos da educação básica no Brasil. A isso soma-se a etapa da alfabetização, que requer processo específico de interação constante entre professores e alunos, de modo que as ferramentas digitais apresentam limitação nesse sentido. (ABALF, 2020)

Em síntese, a ABAlf acredita que, mesmo reconhecendo tecnicamente as enormes possibilidades da tecnologia, ao levar em conta a realidade da maioria dos alunos brasileiros, principalmente do ensino fundamental, os formatos alternativos/remotos de compensação/educação à distância exacerbaram ainda mais a exclusão social. Ademais, conduzir processos de ensino e aprendizagem escolar e didatizar saberes requer formação específica, obtida em curso de licenciatura reconhecido pelos órgãos competentes, portanto, são apenas os professores que têm essa formação (ABAlf, 2020), o que tornou uma tarefa árdua, senão impossível, para os pais que conduziram esse papel na quarentena, quando em muitos lares, as famílias ao menos possuíam alimentação e acesso a um ambiente propício para que ocorresse um processo educacional pleno.

QUADRO 4 – QUESTÕES PREOCUPANTES APONTADAS PELA ABALF EM DETRIMENTO AO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NO ENSINO REMOTO.

Questões apontadas ao cenário de Ensino Remoto
Como o docente irá planejar um ensino de emergência/remoto para as mais diversas realidades sociais de crianças, jovens, adultos e idosos, sobretudo àqueles cujo acesso à tecnologia inexistente ou é precário?
Como planejar e ressignificar as estratégias próprias de aulas presenciais, garantindo o acesso e a aprendizagem de todos? Alfabetizar exige afetividade, interação entre pares, jogos, brincadeiras, leituras, conversas, dramatizações, registros diversos, livros e outros materiais, portanto, como garantir que essas atividades ocorram de modo à distância?
Muitas dessas atividades, associadas às interações entre as crianças e entre as crianças e os professores, requerem a observação, participação complementação e intervenção dos professores, para se garantir e ampliar o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a aula remota é um padrão que não permite este gerenciamento pedagógico e essa observação fundamental para se avançar no processo de alfabetização.
As ações que estão sendo implementadas terão algum resultado positivo? Serão eficazes? Ou a eficácia será relativa e para quais grupos sociais?

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Por meio de uma manifestação realizada anteriormente, a ABAIf destaca a Alfabetização como campo de estudo e atividade docente, que é multifacetada e, portanto, pressupõe um conjunto claro de saberes. Assim, a luta entre ideias e métodos não pode esconder o propósito de alcançar sujeitos e grupos alfabetizados de todas as formas possíveis.

Reiterando nosso compromisso de assegurar que a alfabetização seja prioridade compartilhada por grupos da sociedade civil, gestores e servidores públicos, e assumindo uma vez mais, nosso dever como pesquisadores, especialistas da área, servidores públicos que vêm colaborando historicamente com as políticas estatais e com os alfabetizadores brasileiros, colocamo-nos à disposição para estabelecer um diálogo com V. Exa. e sua equipe, responsável pela Secretaria de Alfabetização, para discussão e proposições para a política de alfabetização no País. (ABAIf, 2019, p. 03)

Por todas as manifestações e posicionamentos apontados e defendidos pela ABAIf, corroboram na luta em prol de uma educação melhor e acessível a todos os indivíduos, o discurso da ABAIf também é ideológico e político e foi elaborado conforme determinadas condições de produção (MARTINEZ, 2022).

Em 2020, juntamente com grupo de pesquisa “Direito à Educação, Políticas Educacionais e Escola” (DiEPEE/UFABC/CNPq) e o apoio de 116 (cento e dezesseis) grupos de pesquisa instalados em universidades e centros de pesquisa brasileiros, a ABAIf solicitou que fossem adotadas medidas no sentido da impugnação do Edital de Convocação Nº 2/2020 CGPLI – do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2022 - Educação Infantil, publicado em 21 de maio/2020⁸.

A RBA destaca-se em abordar temas atuais em cada edição, trazendo dossiês e artigos ímpares sobre o campo da Alfabetização e do Letramento. Na atual edição da revista, diversos temas ligados à Alfabetização e formação docente foram discutidos, buscando auferir a partilha e a democratização de conhecimentos pertinentes ao âmbito.

Além dos manuais de orientação para o professor, há a utilização de livro didático no Ensino Infantil dentro de uma base preparatória para o ensino fundamental, desconsiderando tudo o que foi produzido em âmbito infantil nas últimas décadas. Há uma preocupação pelas abordagens temáticas trazidas erroneamente nos livros ofertados. Além do mais, na categoria “evidências científicas”, o princípio do pluralismo de ideias e de concepções, postulado pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pela Constituição Federal, é ignorado, ao se privilegiar um único segmento e uma única abordagem teórico-metodológica de alfabetização (ABAIf, 2020).

⁸ Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/edital-de-convocacao-n2/2020-cgpli-pnld-2022-educacao-infantil-257875683>. Acesso em 10 de junho de 2020.

A adoção de livros didáticos reforça a lógica transmissiva de conteúdos escolares, mais detidamente aqueles relacionados à alfabetização e aos conhecimentos lógico matemáticos, comprometendo a finalidade precípua da Educação Infantil com o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei nº 9.394/96, art. 29). (ABAlf, 2020)

A seguir, serão citadas, em três blocos, as razões técnicas e jurídicas deste pedido de impugnação defendido pela Associação:

QUADRO 5 – BLOCO 01: CRÍTICAS AO OBJETO 1 DO EDITAL DA PNLD 2022.

Obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da Pré-escola
Objeto 1 do Edital da PNLD 2022 – Educação Infantil – “Obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da Pré-escola” – fere os pressupostos, os princípios e as concepções expressos na LDB (Lei nº 9394 de 12/1996); nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI – (Resolução CNE/CEB 05/2009) e na BNCC da Educação Infantil (Resolução CNE/CP 02/2017).
A adoção de livros didáticos reforça a lógica transmissiva de conteúdos escolares, mais detidamente aqueles relacionados à alfabetização e aos conhecimentos lógico matemáticos.
Práticas educativas que empregam o livro didático não apenas restringem as experiências infantis, ao priorizarem os conteúdos disciplinares, como também retiram do(a) professor(a) a autonomia e a condição de tomar o cotidiano como elemento estruturante do currículo.
Propósito incompatível com as concepções curriculares inscritas na normativa nacional da área, levando em consideração que o termo “preparatório” não ocorre em nenhum documento de cunho mandatório para a Educação Infantil, mas tem elevada incidência no Documento Referencial Técnico-Científico que embasa o Edital PNLD 2022.
Pretensão de realizar a compra e a distribuição de livros ignorando-se a posição contrária dos próprios Municípios a serem pretensamente beneficiados pelo Programa.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

QUADRO 6 – BLOCO 02: CRÍTICAS AO OBJETO 2 DO EDITAL DA PNLD 2022.

Obras literárias destinadas aos estudantes e professores da Educação infantil
Objeto 2 do Edital da PNLD 2022 – Educação Infantil – “Obras literárias destinadas aos estudantes e professores da Educação infantil” merece ser contestado, ao considerar como literatura infantil todo livro destinado ao público infantil, o Edital evidencia falta de base científico-conceitual.
O discurso literário privilegia a leitura estética em detrimento do conteúdo informativo, sua proposta interlocutória básica é de agenciar o imaginário dos leitores.
Erros conceituais, em decorrência do equívoco sobre a literatura e a leitura literária na infância: inadequado estabelecimento de categorias para agrupamento das obras literárias por faixa etária e inoportuno elenco de características para desenvolver “processos e habilidades” específicos; separação equivocada entre livros a serem manipulados pelas crianças e livros a serem lidos para elas; caracterização tecnicamente imprópria sobre o que é ilustração e suas diferentes funções; não distinção entre gêneros literários e temas e submissão da literatura a temas escolhidos arbitrariamente e ao preparo para a alfabetização, redução não aceitável sob a ótica da normativa e dos objetivos constitucionais da Educação.
Merecem destaque os erros conceituais e técnicos que se dão no campo das artes visuais e que comprometem o Edital. Ilustrações são produções artísticas, não estão a serviço de representações lineares e descritivas, de limites de cores; portanto, não podem ser classificadas como sendo “realistas e concretas”, como propõe o Edital.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

QUADRO 7 – BLOCO 3: CRÍTICAS AO OBJETO 2 DO EDITAL DA PNLD 2022.

Obras pedagógicas de preparação para alfabetização baseada em evidências
O Objeto 3 – “Obras pedagógicas de preparação para alfabetização baseada em evidências” – fere os pressupostos, os princípios e as concepções expressos na DCNEI - (Resolução CNE/CEB 05/2009), na BNCC (Resolução CNE/CP 02/2017) e na LDB (Lei nº 9394 de 12/1996).
Ao destacar a categoria “evidências científicas”, o Edital privilegia estudos de um determinado viés teórico-metodológico, como por exemplo investigações das áreas das ciências cognitivas. O princípio do pluralismo de ideias e de concepções, postulado pela LDB e pela Constituição Federal, é ignorado, ao se privilegiar um único segmento e uma única abordagem teórico-metodológica de alfabetização.
Ao focalizar prioritariamente, como “estado da arte”, pesquisas oriundas das ciências da cognição, a PNA explicita não apenas um reducionismo e uma visão restrita do campo, como uma desconsideração com o avanço da Ciência em relação à Educação Infantil e aos processos de apropriação da linguagem escrita pelos aprendizes, isto é, com a produção científica realizada por pesquisadoras e pesquisadores brasileiros.
Entender evidências científicas sob uma única perspectiva teórico-metodológica é uma forma estreita de abordar a complexidade da alfabetização e suas “evidências”.
Ao não contemplar explicitamente a pluralidade de concepções, a proposta contida no Edital gera favorecimento a grupos específicos de autores e editores, o que se constitui como antidemocrático e, sobretudo, inconstitucional (Art no 206, da CF), fato gravíssimo para qualquer edital que envolva grande monta de recursos públicos.
O não atendimento às necessidades expressas pelos municípios, entes federados responsáveis pela oferta da Educação Infantil. Conclui-se que o Edital não atende as demandas e reais anseios dos municípios brasileiros em relação à política de compra e de distribuição de livros para as crianças e seus(as) professores(as).
Malversação do recurso público, considerando as inadequações técnicas, as inconformidades jurídicas com os documentos legais e normativos que regem a Educação Infantil brasileira, bem como a inobservância dos anseios de profissionais da Educação, das famílias das crianças e de especialistas, de gestores públicos e de pesquisadores das áreas de Alfabetização e de Educação Infantil.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Além de seus posicionamentos críticos, a ABAlf se destaca pela realização de um evento de natureza científica e pedagógica, com periodicidade bianual e que vem sendo reconhecido como um dos principais eventos nacionais de debates sobre o tema da alfabetização – O Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBALF). Ao passo em que se surgem espaços para a fomentação e produção de conhecimento, os eventos e encontros científicos apresentam-se como fonte essencial na busca de novos conhecimentos, permitindo o enriquecimento do saber acadêmico.

Os eventos científicos são meios altamente eficientes na comunicação oral do conhecimento visto o ritmo crescente do desenvolvimento da ciência e, portanto, um meio de divulgação e assimilação de novos conhecimentos. (OHIRA, 2002, p.73 apud de LACERDA et al., 2008)

O primeiro CONBALf realizado pela Associação ocorreu em 2013, nas dependências da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o tema geral “Os sentidos da alfabetização no Brasil: o que sabemos, o que fazemos e o que

queremos?”. A criação do Congresso se deu juntamente com o II SIHELE – Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita, visando a dar continuidade às discussões sobre os aspectos históricos da alfabetização, propiciando mapear e compreender os problemas da alfabetização no Brasil.

Considerando a ausência, no país, de eventos dessa natureza e tendo como um de seus objetivos a constituição de um espaço específico para discussão da alfabetização, a ABAlf promoveu o I CONBAIf – Congresso Brasileiro de Alfabetização, de natureza científica, com periodicidade bianual, que visou a preencher essa lacuna e se constituir como espaço inaugural de debates sobre o tema. O I CONBAIf representou um marco histórico para o campo da alfabetização e pretendeu se consolidar como um evento que propicie a divulgação de pesquisas e ações, incentive a proposição de novas temáticas de pesquisa e de novas possibilidades de ação e promova a participação dos diferentes atores envolvidos com a alfabetização. (ABAlf, 2013)

QUADRO 8 – OBJETIVOS ELENCADOS AO I CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO.

Objetivos do I CONBAIf
Contribuir para avaliação das perspectivas de avanços teórico-conceituais e empíricos, referentes às pesquisas, práticas educacionais e políticas públicas para a alfabetização no Brasil;
Constituir-se como referência para discussões e proposições sobre alfabetização e processos afins;
Congregar pesquisadores e estudantes de pós-graduação e graduação, professores e gestores da Educação Básica e representantes de associações, sindicatos e organizações não governamentais, que desenvolvem atividades de pesquisa, docência e gestão relativas à alfabetização;
Propiciar a reunião e a discussão dos múltiplos pontos de vista, espaços e formas de atuação dos diferentes atores envolvidos na alfabetização brasileira;
Promover a avaliação diagnóstica e prospectiva relativamente às pesquisas, práticas educacionais e políticas públicas em alfabetização no Brasil;
Discutir os principais problemas e avanços pretendidos na produção acadêmico-científica, nas práticas educacionais e nas políticas públicas brasileiras, sua relação com os desafios políticos, sociais, culturais e educacionais deste momento histórico e sua relação com a produção acadêmico-científica internacional;
Discutir formas de articulação entre produção de conhecimento e demandas educacionais e políticas;
Propor ações de articulação e colaboração sistemáticas, por meio da ABAlf, entre os diferentes segmentos envolvidos com alfabetização no Brasil;
Promover intercâmbio com redes de alfabetização e associações nacionais ou internacionais;
Propor temas e problemas específicos para a organização do II CONBAIf;
Encaminhar organização de: livro sobre o tema do evento, contendo artigos resultantes das conferências e palestras apresentadas; e de Anais, contendo textos das comunicações de pesquisa e relatos de experiências.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Os objetivos, mencionados no quadro acima, foram colocados em prática em torno de seis eixos temáticos, por meio da realizações das seguintes atividades – as quais perduraram em todas as edições dos Congressos: conferências e mesas redondas com especialistas oficiais em alfabetização; comunicação científica e relatórios de especialistas; reunião com representantes de associações nacionais e internacionais e redes internacionais de alfabetização; resumos das discussões durante as diversas atividades, através da assembleia

final - espaço para discussão e propostas; formulação do livro sobre o tema do evento, que inclui artigos das conferências, e palestras; e Anais, com compilação de textos sobre divulgação científica e relato de experiência. Tendo em vista o objeto da ABALF, a alfabetização e seus temas correlatos e seu objetivo de divulgar pesquisas e práticas, torna-se mais importante garantir o acesso menos restrito à produção apresentada nos eventos. (ABAlf, 2013)

Já em 2015, a ABAlf realizou o II CONBALf, em continuidade à proposta e com a finalidade de contribuir para a avaliação das intensas e extensas discussões sobre alfabetização, no âmbito de pesquisas acadêmicas, práticas educacionais e políticas públicas, assim como para proposição de novas discussões e ações. Com a temática “Políticas públicas de alfabetização”, o evento foi realizado na Universidade de Pernambuco (UFPE).

O II CONBALf se destacou por aprovar moções considerando a necessidade de construção de propostas nacionais que visem a proporcionar educação de qualidade para toda a população brasileira, como o Projeto Preliminar da SAE – Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico com obra de construção nacional, em que

os participantes da Assembleia Geral da ABAlf, realizada em 13/07/2015, na Universidade Federal de Pernambuco, repudiam o Documento “Pátria Educadora: a qualificação do Ensino Básico como obra de construção nacional”, por compreenderem que esse documento retrocede com relação à concepção de criança e também com relação à formação continuada reivindicada pelos docentes que atuam na Educação Básica e desconsidera os avanços teóricos e metodológicos da pesquisa sobre esses temas realizadas pelas instituições públicas de ensino superior. (ABAlf, 2015)

Houve repúdio também contra os cortes de verbas para a pesquisa, onde os participantes da Assembleia Geral da ABAlf manifestaram grande preocupação com os cortes de verbas para a pesquisa anunciados pela Capes, pois esses cortes teriam uma repercussão muito negativa sobre várias ações e pesquisas realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação no País. (ABAlf, 2015)

Por fim, considerando a necessidade de democratizar a educação para todos, particularmente nas regiões campesinas, os participantes repudiam, veemente, o fechamento das escolas do campo como medida encontrada, historicamente, pelos governos para minimizar dificuldades econômicas. A educação é um direito de todos e dever do Estado e, por isso, deve ser ofertada em todos os lugares do Brasil. (ABAlf, 2015)

O tema “Diálogos sobre alfabetização” foi discutido na 3ª edição do CONBALf, em 2017, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), trazendo como objetivos: proporcionar espaços de diálogos sobre aspectos teóricos, conceituais, metodológicos, políticos e práticos

no campo da alfabetização no Brasil; congregar pesquisadores e estudantes de pós-graduação e graduação, professores e gestores da Educação Básica e representantes de associações, sindicatos e organizações não governamentais, que desenvolvem atividades de pesquisa, docência e gestão relativas à alfabetização; propiciar a reunião e a discussão dos múltiplos pontos de vista, espaços e formas de atuação dos diferentes atores envolvidos na alfabetização brasileira e refletir sobre práticas pedagógicas construídas pelos professores alfabetizadores; por fim, consolidar-se como espaço nacional de reflexões sobre alfabetização.

Com o tema Diálogos sobre alfabetização, está organizado de forma a propiciar o debate sobre os múltiplos pontos de vista, espaços e formas de atuação dos diferentes atores envolvidos na alfabetização brasileira, por meio da discussão dos saberes/fazer de pesquisadores, professores e gestores públicos. Em torno de sete eixos temáticos, organizam-se as seguintes atividades: conferência e mesas-redondas, sessões de comunicação de pesquisa e de relatos de experiências, com participação de convidados oficiais especialistas em alfabetização, professores, gestores e pesquisadores que discutem essa temática. (ABAlf, 2017, p. 9)

Em 2019, o tema e pergunta norteadora do IV CONBAIf foi “Alfabetização para qual tempo?”. Pergunta esta que inspirou, naquele período, tantas outras indagações citadas pela ABAlf.

Esta é uma pergunta que devemos fazer recorrentemente, indagando o passado, analisando o presente e criando expectativas para o futuro da alfabetização. Se a alfabetização, como processo de apropriação e de ensino de um conjunto de habilidades linguísticas, parece ser mais estável na sua conceituação, as suas finalidades, as expectativas sobre seus efeitos e os usos dela decorrentes mudam com o tempo. Sem analisar os fenômenos no tempo, há uma ideia de que a alfabetização não avança no Brasil, mas não é bem assim. Não podemos nos ater apenas à divulgação isolada de índices alarmantes na contemporaneidade, sem considerar uma série histórica: do final do século XIX até final do século XX, passamos de 17,7% de alfabetizados (primeiro censo de 1872 sem computar a população escrava) para 93% da população com 15 anos ou mais de idade (IBGE, 2017). Além disso, tanto as palavras como as expectativas sobre o que é ser alfabetizado mudam [...] (ABAlf, 2019)

Essa e tantas outras perguntas foram questionadas e postas em discussão no Congresso: “O que ocorre nesse processo, que é típico da apropriação da escrita e seu ensino, que torna a prática de alfabetização e os alfabetizadores especializados em determinados saberes pedagógicos?”; “Quais as contribuições das pesquisas sobre apropriação da escrita?”; “Quais são ainda os nossos desafios nesse campo?”; “Que usos e novos fenômenos da cultura escrita são próprios de cada tempo?”; “Quais são as linguagens,

quais formas de funcionamento, quais são os suportes da escrita na sociedade contemporânea?"; "Como as crianças vivenciam a cultura escrita pela influência de mídias digitais?"; "Como leem e escrevem fora da escola?" e "Que repercussões suas práticas têm em contextos escolares e em nossas metodologias?"

Portanto, o conceito de tempo histórico é crucial para avaliar o escopo das mudanças na taxa de alfabetização de nosso país e do mundo, para entender como acontecem a captação de recursos e o ensino e como estão sujeitos a instituições, instâncias, novos usos, ferramentas e escrita, nos permite também, explorar as limitações e possibilidades de discussão teórica de cada época – não apenas a durabilidade dos problemas na ordem do discurso, mas também na ordem da organização de ensino, a fim de que busquemos melhorias em âmbito educacional.

A noção de tempo remete ainda à idade em que as pessoas se alfabetizam. As disputas sobre qual o tempo adequado para se alfabetizar no Brasil têm ocupado muitos educadores e trazido polêmicas, sobretudo se for considerada a relação entre infância, escolarização e alfabetização. Essa questão do tempo também está relacionada aos aspectos geracionais, como, por exemplo, a alfabetização de jovens e adultos que ocorre em uma escolarização extemporânea e também da escolarização das famílias que não tiveram oportunidade de se alfabetizar ou de permanecer mais tempo na escola. (ABAlf, 2019)

Notamos que, os objetivos do V CONBALf giraram em torno da nova realidade enfrentada por educadores e educandos. O novo cenário de ensino remoto foi o alvo principal de discussão das mesas e debates, como percebemos no quadro abaixo com os temas elencados:

QUADRO 9 – TEMAS DAS MESAS E DEBATES DO V CONBALF.

Temas das mesas do V CONBALf
Mesa 01 – Políticas públicas de alfabetização: rupturas e continuidades na luta pelo direito à alfabetização;
Mesa 02 - Conversa com alfabetizadores - o ensino remoto da alfabetização nos diversos "Brasis": vivências, diversidade e inclusão – parte I;
Mesa 03 - Aspectos históricos e contemporâneos da alfabetização: processos e desafios;
Mesa 4 – Conversa com alfabetizadores/as - o contexto escolar e suas implicações no processo da alfabetização de crianças, jovens, adultos e idosos;
Mesa 5 – Ensino remoto da alfabetização, leitura e escrita em tempo de isolamento social: perdas, ganhos e perspectivas;
Mesa 6 – Conversa com alfabetizadores - o ensino remoto da alfabetização nos diversos "Brasis": vivências, diversidade e inclusão - parte II;
Mesa 7 – Impactos dos fóruns, laboratórios, centros e grupos de pesquisa na formação docente em alfabetização: olhares em destaque.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

QUADRO 10 – PRINCIPAIS OBJETIVOS DO V CONBALF.

Principais objetivos do V CONBALF
Discutir os impactos das rupturas e retrocessos nas políticas públicas de alfabetização no Brasil;
Fortalecer protagonismo às/aos alfabetizadores/as, trazendo-os para o cenário das discussões e debates sobre o campo das práticas de alfabetização, considerando em especial o momento histórico do ensino remoto e isolamento social;
Discutir formas de articulação entre produção de conhecimento e demandas educacionais e políticas;
Contribuir para avaliação das perspectivas teórico-conceituais e empíricas referentes às pesquisas, práticas educacionais e políticas públicas para a alfabetização no Brasil;
Propor temas específicos e problematizá-los para a organização do VI CONBALF.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em 2021, a ABAIf apresentou a proposta de seu V CONBALF, “Alfabetização: políticas, práticas e resistências.” Em detrimento à pandemia de Covid-19, o evento ocorreu em formato online. O Congresso abrangeu os seguintes objetivos: discutir os impactos das rupturas e retrocessos nas políticas públicas de alfabetização no Brasil; Fortalecer protagonismo às/aos alfabetizadores/as, trazendo-os para o cenário das discussões e debates sobre o campo das práticas de alfabetização, considerando em especial o momento histórico do ensino remoto e isolamento social; discutir formas de articulação entre produção de conhecimento e demandas educacionais e políticas; contribuir para avaliação das perspectivas teórico-conceituais e empíricas referentes às pesquisas, práticas educacionais e políticas públicas para a alfabetização no Brasil e propor temas específicos e problematizá-los para a organização do VI CONBALF. (ABAIf, 2021)

Os temas das mesas e dos debates foram previamente mencionados e problematizados na Cerimônia e Conferência de Abertura do V Congresso. Nomes relevantes para o diálogo sobre educação e alfabetização marcaram presença na Cerimônia, como Magda Soares (UFMG), Artur Gomes de Morais (UFPE), Adelma das Neves Barros-Mendes (UNIFAP) e Fabrício Spricigo (IFSC).

Nesta oportunidade, Morais desenvolve a sua argumentação e fala por intermédio do título, por ele criado, “Políticas e práticas de Alfabetização hoje: precisamos continuar resistindo muito.” Morais inicia o diálogo lembrando a criação da ABAIf, em 2012, tempo decorrido de intensas e produtivas lutas. Reitera que é preciso, seriamente, discutir a história recente do campo da alfabetização brasileira, e radicalmente, discutir as Políticas vividas nos últimos anos.

“Os ventos que hoje sopram em nosso Brasil [...] são horripilantes. São a negação do direito à liberdade e da democracia. [...] liberdades que nós educadores precisamos ter para usar as didáticas que escolhemos, usar os métodos de ensino que queiramos, que é um direito assegurado pela Constituição Federal, pela LDB e por outros dispositivos legais. Mas, que vem

sendo crescentemente avultado pelo MEC, do desgoverno atual, e pelos que se curvam diante de suas Políticas Públicas. Por isso, eu digo, precisamos lutar radicalmente como nos ensinou Paulo Freire.” (MORAIS, 2021).

Cabe salientar que, ao trazer a alfabetização intrínseca à questão política, Morais corrobora o pensar a educação sem neutralidade. Sendo toda educação inerentemente política. Assim, Morais se impõe, respeitosamente, em favor de uma educação justa e democrática.

Notamos, que a ABAIf, por meio do cuidado e zelo em suas ações de resistências; pela qualidade das reflexões e trocas de conhecimentos, assume um papel singular de destaque em relação ao que se tem pensado para e sobre a alfabetização brasileira.

Talvez a citação abaixo – honrosa explanação de Soares, realizada durante a Cerimônia de Abertura do V CONBALF – seja um pouco longa, mas agrega, nas suas palavras, a luta pela qual a ABAIf se estende, e resume, plausivelmente, o escopo desse estudo.

“Presidente de Honra desta Associação – nesta posição e com a mesma incumbência, aqui estou, como estive no primeiro Congresso da ABAIf. [...] Fiquei me lembrando do tema do primeiro Congresso, lá se vão oito anos. Vamos recordar: naquele primeiro Congresso, foi a discussão das seguintes indagações que nós tínhamos sobre a alfabetização [...] o tema foi ‘Os sentidos da alfabetização no Brasil: O que sabemos? O que fazemos? O que queremos?’ (...) Minhas primeiras palavras naquele momento, foi propor a nós, ali reunidos (não muitos, como felizmente somos agora) desafios sobre cada um dos verbos do tema do Congresso. Voltei ao texto da minha fala em 2013 para refletir sobre as respostas que temos dado àqueles desafios. Observem acima de tudo, que os verbos daquele Congresso estão na primeira pessoa do plural. Meu primeiro desafio naquele momento foi: quem são esses ‘nós’. Na época, compúnhamos um conjunto de estudiosos e pesquisadores dedicados aos estudos e pesquisas sobre a alfabetização. [...] Agora, cá estamos, vendo aquele grupo transformado em uma grande comunidade que ao longo dos últimos anos, por efeito de nos termos congregado em uma Associação, temos tido condições de enfrentar os desafios propostos há oito anos do primeiro Congresso. Hoje, somos não apenas nós, hoje somos uma comunidade, uma Associação que continua construindo saberes. Uma comunidade que assume o que quer, para a qualidade da alfabetização nesse país. E porque sabemos o que é preciso saber. Como grupo, temos lutado contra o que não queremos nesses tempos sombrios, em que as revistas, que nada sabem, vêm tentando impor um saber e um fazer que ignoram e desrespeitam o saber e o fazer que vimos construindo; e o querer que vimos perseguindo. Cabe a nós agora – o nós que se tornou uma comunidade, a ABAIf, lutar em defesa do nosso saber, do nosso fazer e do nosso querer, que vêm sendo ignorados pelas atuais Políticas Públicas; e resistir, destemidamente, armados com nosso saber, nosso fazer e nosso querer. Do nosso tema atual eu destaco: resistência, é o que precisamos ter.” (SOARES, 2021)

6 Considerações Finais

Por meio da elaboração deste estudo, foi possível apresentar a Associação Brasileira de Alfabetização - ABAIf, como um espaço de resistência ao pensarmos os âmbitos educacionais que permeiam a alfabetização e o letramento, bem como, reconhecer e entender a alfabetização como um direito de todos os indivíduos. Entretanto, a temática ainda se apresenta urgentemente necessária em ser qualitativamente discutida em meio às ações intencionais de desmantelamento de instituições e Políticas Públicas brasileiras.

Sendo assim, a presente pesquisa alcançou todos os objetivos propostos, uma vez que apresentou a ABAIf como um espaço de resistência, em razão ao que se tem construído para e sobre a Alfabetização no Brasil, fazendo reflexão sobre a atuação do Poder Público em assegurar políticas efetivas para sanar os impasses na Alfabetização brasileira, trazendo como âncora, os pensamentos dos alfabetizadores Freire e Magda⁹, autores destaques na temática.

Portanto, a experiência nesse campo de estudo permitiu aprendizagens significativas atuais e futuras, analisando o fato de que, embora se trate de uma Associação nacional voltada a discussão de temas necessários e relevantes frente aos imbrólios da Educação, a ABAIf ainda é pouco mencionada nos cursos de Licenciatura. Logo, apresentar a Associação como um espaço de resistência, fundamentado em diálogos e práticas, é de extrema importância para estudantes, professores e profissionais da área, haja vista a inexistência de pesquisas a respeito da Associação. Oportunizando assim, a viabilidade do tema aos cursos de Graduação, principalmente Licenciaturas, para que se tornem conhecedores da importância da ABAIf em contribuição ao diálogo crítico sobre os rumos da Alfabetização brasileira.

Em síntese, a partir do VI Congresso Brasileiro de Alfabetização, intitulado “Alfabetização e democracia: direito à leitura e à escrita”, por meio de conferências, palestras, reuniões de fóruns e grupos de pesquisa em alfabetização, a ABAIf permanecerá seu legado de resistência e luta por uma educação democrática, agora em um novo cenário político brasileiro, com a eleição de um Presidente Progressista. Assim, o sentimento de esperar e resistir continua vivo, indo de encontro ao clamor incansável pela aplicabilidade dos direitos educacionais e pela valorização da alfabetização em sua vasta dimensão emancipadora.

⁹ Pela passagem de Magda Soares, ocorrida durante o processo de conclusão deste estudo, transcrevo na íntegra a nota de pesar feita pela diretoria da ABAIf, no dia 01 de janeiro de 2023, com os seguintes dizeres: “Neste dia em que celebramos a vitória da democracia, informamos com o coração em lágrimas, o falecimento da professora Magda Soares – Presidente de Honra da ABAIf – Associação Brasileira de Alfabetização. A ABAIf junta-se aos familiares no sentimento fraterno de despedida e saudade desta mulher especial, símbolo máximo da alfabetização do Brasil.”

Referências

- ABALF – **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO**. Site. Disponível em: <http://abalf.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **I Congresso Brasileiro de Alfabetização – I Conbalf /II SIHELE**. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/1conbalf>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO. **Estatuto da Associação Brasileira de Alfabetização**. Disponível em: <https://www.abalf.org.br/estatuto>. Acesso em: 28 ago. 2022.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO **Manifestação da Associação Brasileira de Alfabetização**. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_c55f0d233aea4e7a9da4e37a97d34ad8.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO **Manifestação pública da Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf) e outras entidades ao Ministro da Educação**. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_705508105f374fd291bacdded4a08fe2.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO **Moção de repúdio à sugestão legislativa de revogação da Lei n.º 12.612, de 13 abril de 2012**. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/64d1da_dd1f8a6478cd4f46b3048591df03198f.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.
- ABALF – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALFABETIZAÇÃO **Moção pela revogação da política nacional de alfabetização e seus desdobramentos**. Disponível em: https://www.abalf.org.br/_files/ugd/f293dd_e5adf151be7d40bda8b96f2acc6566e.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.
- ACATE, V. **Educação** - Panorama dos últimos 20 anos da educação no Brasil.
- Anais do III CONBALf** - Congresso Brasileiro de Alfabetização: diálogos sobre alfabetização / organização, Fabrícia Pereira de Oliveira Dias [et al.]. - Vitória, ES: Associação Brasileira de Alfabetização, 2017.
- Anais do I CONBALF** – Congresso Brasileiro de Alfabetização e II SIHELE – Seminário Internacional sobre História do Ensino de Leitura e Escrita [recurso eletrônico]: trabalhos completos / Maria do Rosário Longo Mortatti, Isabel Cristina Alves da Silva Frade e Fernando Rodrigues de Oliveira (orgs.). - Belo Horizonte: ABAlf; FaE UFMG, 2013.
- ALBUQUERQUE; FERREIRA. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)**: Mudança nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 250-270, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701617>. Acesso em: 25 out. 2022.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1975.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [2021] **Governo Bolsonaro corta 32 bilhões do orçamento do MEC**. Diário. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/05/governo-bolsonaro-corta-r-32-bilhoes-do-orcamento-do-mec.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. (1967) **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia dos Sonhos Possíveis**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

_____. **Política e educação**. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

FRIGOTTO, G. **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144 p.

HADDAD, S. **O educador**: Um perfil de Paulo Freire: Sérgio Haddad Introdução: James N. Green Posfácio: Regina Dalcastagnè São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2019, 256 páginas.

LACERDA, A. L. et al. A Importância dos Eventos Científicos na Formação Acadêmica: estudantes de biblioteconomia. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, (83) 3322.3222 contato@conedu.com.br www.conedu.com.br Florianópolis. v.13, n. 130.1, p.130-144, 2008. Disponível em: Acesso em: 22 abr. 2016.

MORTATTI, M. R. L. A ABAIf na história da Alfabetização no Brasil: um desafio para o século XXI. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, p. 12-38, 2015.

_____. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, p. 329-341, 2010a.

_____. Brasil, 2001: notas sobre a “Política Nacional de Alfabetização”. **Olhares: Revista Eletrônica do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 7, n. 3, p. 17-51, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares>. Acesso em: 13 out. 2022.

MARTINEZ, A. O. O. M. A alfabetização em discurso: uma análise de enunciados institucionais brasileiros. **Revista Brasileira de Alfabetização** | ISSN: 2446-8584 | Número 17 – 2022.

NOVELLINO, V. N. As manifestações públicas e o papel constitucional das polícias militares. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília**. Edição 19 – maio/2017.

SOARES, M. **Alfabetização e Letramento**: caminhos e descaminhos.

_____. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2003.

_____. **Linguagem e escola** – uma perspectiva social. 17 ed. São Paulo: Ática, 2000.

SOUZA; ALBUQUERQUE. Periódicos científicos em biblioteconomia e ciência da informação: consulta por alunos concluintes do Curso de Biblioteconomia da UFPB. **Biblionline**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 1-23, jul/dez.2005.